

A percepção de inclusão de pessoas com deficiência em uma Instituição de Ensino no Município de Itaporanga: um diagnóstico a partir da visão dos discentes, técnicos e docentes.

ScillaGabel de Sousa Farias¹, Giorgione Mendes Ribeiro Júnior ²

¹scillagabel43@gmail.com. Instituto Federal da Paraíba – IFPB/ Educação a distância.

²giorgionemjr@gmail.com. Instituto Federal da Paraíba – IFPB/ Educação a distância.

Resumo

Este trabalho procurou verificar como os membros da comunidade acadêmica de uma instituição de ensino técnico e tecnológico da cidade de Itaporanga – PB percebiam as dimensões da acessibilidade (atitudinal, metodológica, programática,arquitetônica, comunicacional e instrumental) e por consequência a inclusão de alunos com deficiência. O estudo se utilizou de livros e artigos científicos, além de técnicas de coleta de dados como a pesquisa direta assistemática e o questionário enviados para o público universo da pesquisa. Como resultados os discentes, docentes e técnicos administrativos mostraram que desconhecem ou que inexistem ações em uma série de dimensões, porém foi possível perceber que em algumas outras dimensões há percepções bastante positivas acerca da acessibilidade. O estudo demonstrou que apesar de alguns pontos centrais da inclusão estarem sendo percebidos de forma favorável, outros precisam ser mais trabalhados pois sequer são de conhecimento de dos membros da Instituição. Conclui-se que a percepção de todos ainda é muito difusa, não se podendo falar se é favorável ou desfavorável dadas as diferenças numéricas entre as dimensões e dentre as próprias classes de sujeitos (professores, técnicos e discentes).

Palavras chave: inclusão, pessoas com deficiência, acessibilidade, gestão pública.

1 - Introdução

Atualmente muito se tem discutido sobre a acessibilidade de pessoas com deficiência em todos os setores da sociedade e especialmente no âmbito escolar. Observa-se nas pessoas, uma nova forma de se pensar a cidadania, para nela incluir aqueles que por inúmeros motivos se encontram alijados de suas garantias básicas de dignidade e participação social.

Essa acessibilidade tem uma importante relevância para a inclusão de pessoas com deficiência no mundo contemporâneo. No Brasil, por exemplo observa-se que 23,9% dos brasileiros declaram ter alguma deficiência segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no Censo 2010. Sendo assim, pode-se dizer que quanto mais conhecimento na área mais avanços surgirão para que que sejam implementadas políticas de combate as barreiras de acessibilidades enfrentadas pelos deficientes que restringe a sua participação plena na sociedade.

Pensar e criar a acessibilidade é dever dos gestores públicos e tornar esse direito garantido deve ser o desafio diário de todos os setores da sociedade. Sabe-se que é de fundamental importância eliminar os principais problemas enfrentados pelas pessoas com deficiências no acesso aos mais diversos espaços e informações. Muitas vezes a falta de conhecimento, de investimentos para criação de um ambiente adequado pode ser fator relevante para ambientes hostis para as pessoas com deficiência.

A pesquisa em questão teve por objetivo compreender os desafios para a inclusão de alunos com deficiência em uma instituição de ensino técnico e tecnológico de Itaporanga - PB a partir da percepção dos alunos, docentes e técnicos administrativos. Pretendeu-se ainda discutir a temática a partir de referenciais teóricos e levando-se em consideração as realidades interna e externa das barreiras que possam vir a dificultar o acesso dos alunos.

2 - Referencial teórico

Antes de adentrar na temática da inclusão, necessário se faz trazer a lume a problemática que a antecede, a exclusão. Essa é retratada na literatura como um paralelo da inclusão, como sua antítese, sendo que Sawaia (2013) considera melhor falar do termo dialética da exclusão/inclusão para não se tratar da temática de forma isolada. Sawaia (2013) ainda nos remete a pluralidade de sentidos que a palavra exclusão pode ter e defende, ao invés da negação do seu conceito, a criação de novos significados inclusive oriundos da união de outros entendimentos que possam vir a existir, dada a amplitude que o tema pode alcançar. Além disso, o texto de Sawaia (2013) incentiva a utilização do termo nas mais diversas áreas do conhecimento, sem olvidar ainda do percurso histórico na origem da exclusão como um processo contínuo, pois envolve o homem como ser inteiro em suas relações com os demais.

A inclusão nasce como uma resposta aos mais diversos e multifacetados processos de exclusão, que vão desde a carência de recursos materiais como água, comida e habitação à desqualificação do ser humano a partir de uma identidade negativa e provocadora de descrédito daqueles que são apartados socialmente (SAWAIA, 2013). Assim, inclusão deve ser entendida como igualmente diversa e sempre dialética com a exclusão a ela relacionada. A autora compreende a exclusão como sendo um processo caracterizado pelo afastamento de pessoas de algumas (ou todas) as instâncias da vida social. A autora considera que no contexto histórico, a exclusão se liga aos sistemas de distribuição de riquezas utilizados pela humanidade (comunismo primitivo, modo de

produção asiático, feudalismo, mercantilismo, capitalismo etc), sendo uma condição falha de organização social que poderia ser evitada com políticas de inclusão social.

Segundo D'Antino e Mazzota (2011), o conceito de inclusão se relaciona com a capacidade de o indivíduo realizar de forma independente ou com o mínimo de dependência possível, todas as atividades que são comuns àqueles que não possuem impedimento de ordem física ou sensorial. Nesse sentido a posição da escola como ambiente de aprendizagem de conhecimentos técnico-científicos e enquanto *locus* favorável ao desenvolvimento de habilidades sociais é privilegiada. Será então, a partir da garantia de vagas para um grupo social em exclusão e da disponibilização de conhecimentos, o discente com deficiência poderá ter nova perspectiva acerca de seu futuro profissional, bem como compreender melhor o mundo a partir desse microcosmo que representa a escola em relação ao convívio social.

Para Simonelli e Camarotto (2011), apesar de as políticas de cotas previstas hoje na legislação tanto do Brasil quanto de outros países, serem uma boa ferramenta em desfavor da exclusão, o desenvolvimento de uma política inclusiva exige não apenas a implementação do sistema de cotas como fator indutor de novas vagas, mas da discussão e mobilização em torno do tema e da resolução dos seus problemas antes dessa indução. Sendonecessárias um conjunto de medidas que envolva a inclusão escolar, o estímulo à habilitação e ao desenvolvimento profissional, à reabilitação de pessoas vitimadas por acidentes ou doenças etc.

Maciel (2000) ao pesquisar sobre inclusão do deficiente na escola, diz que deve haver muito cuidado com a administração de recursos voltados à inclusão. Para a autora, a inclusão escolar é um processo complexo que envolve uma gama de vetores diferentes, tais como o desenvolvimento de projetos de educação inclusiva, o reforço das iniciativas de cooperação técnica entre a escola e demais instituições tecnológicas, e o estabelecimento de mecanismos de participação cidadã onde os próprios indivíduos com deficiência tenham vez e voz.

De acordo com Honora e Frizanco (2008), para que o processo de inclusão seja bem sucedido, é necessária uma nova postura do educador, com mudanças de hábitos antigos, passando a conhecer e compreender a instituição na qual trabalha, assim como buscando a possibilidade de mudanças do ambiente para o bom andamento dos serviços prestados com/para a diversidade. Além disso, deve essa mudança permitir que o ingresso do discente com deficiência não seja percebido como uma desvantagem, mas

uma oportunidade, uma vez que é na troca de experiências que a organização pode aprender a lidar com as diferenças.

Galer (2012), diz ser importante que, na tentativa de se tornarem mais inclusivas, as instituições educacionais não assumam um viés assistencialista, tendo em vista que essa modalidade de política pública reforça a representação social estigmatizada sobre o suposto fraco desempenho e atitude profissional imatura da pessoa com deficiência. Para Sasaki (2009) se faz necessária nova postura das instituições responsáveis pela educação, a qual ocorreria a partir da promoção da acessibilidade por meio da eliminação de 6 diferentes tipos de barreiras (Quadro 01).

Quadro 1: Dimensões da acessibilidades e barreiras correspondentes

Dimensão da Acessibilidade	Tipos de barreiras a serem eliminadas
Arquitetônica	Ambientais e físicas, no interior e no entorno dos escritórios e fábricas e nos meios de transporte coletivo utilizados pelas empresas para seus funcionários
Comunicacional	Barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais, linguagem corporal, linguagem gestual etc.), na comunicação escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, notebook e outras tecnologias assistivas para comunicar) e na comunicação virtual (acessibilidade digital)
Metodológica	Inexistência de barreiras nos métodos e técnicas de ensino (treinamento e desenvolvimento de recursos humanos, execução de tarefas, ergonomia, novo conceito de fluxograma, emponderamento, etc).
Instrumental	Barreiras nos instrumentos e utensílios de aprendizagem (ferramentas, máquinas, equipamentos, lápis, caneta, teclado de computador, etc)
Programática	Barreiras invisíveis embutidas em políticas (leis, decretos, portarias, resoluções, ordens de serviço, regulamentos etc.)
Atitudinal	Preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações, como resultado de programas e práticas de sensibilização e de conscientização da comunidade acadêmica.

Fonte: Sasaki (2009, p.27)

De acordo com Sasaki (2009), a eliminação dessas barreiras elencadas acima aumentaria a integração dos alunos com deficiência, melhorando sua produtividade e o seu rendimento acadêmico, criando um ambiente mais consentâneo com a função emancipadora da educação.

Siqueira e Santana (2010) também defendem a necessidade de implementações de ações para garantir a acessibilidade em instituições de ensino, essas ações se

dividem, na visão das autoras em 3 direcionamentos: 1 - a aquisição de produtos e tecnologias; 2 – ações visando a promoção de atitudes sociais mais acolhedoras; e 3 – ações visando a promoção de políticas de inclusão.

Pode-se dizer que essa preocupação com a acessibilidade foi encampada pelo Estado, o que pode ser percebido pela institucionalização de suas demandas a partir de uma intensa atividade legislativa, tendo destaque os Decretos nº 7.234/2010 e 7.611/2011. Essas normas abordam respectivamente a problemática do “acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação” e as questões relativas ao dever dos entes federativos com a educação especial e o atendimento educacional especializado, sendo este, concebido a partir da “estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior” (BRASIL, 2010 e 2011).

Verifica-se que a eliminação de barreiras à acessibilidade no ensino superior parece se constituir em um dos principais desafios desses núcleos em favor do acesso e permanência do estudante com deficiência no Ensino Superior, a partir da orientação aos docentes do uso de métodos ou recursos de ensino diferenciados no atendimento a demandas específicas, coadunando-se com as orientações do Decreto 7.611, que relata que os núcleos de acessibilidade visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação restritivas da participação e do desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência (BRASIL, 2011).

Nesse mesmo sentido, Castro e Almeida (2014) citam a boa organização de órgãos de universidades especializados em gestão da inclusão; a disposição de normas institucionais em formato de “Manuais” ou “Guias”; a construção de legislações institucionais efetivas e modificações arquitetônicas e instrumentais em setores de amplo acesso estudantil, a exemplo das bibliotecas, como importantes ferramentas da educação inclusiva tendo em vista a permanência (e conclusão) do aluno com deficiência no ensino superior.

Contudo, problemas como a utilização de métodos inadequados por parte dos professores, o não atendimento às necessidades específicas dos discentes, as dificuldades de acesso aos materiais didáticos e aos livros, o atraso na adaptação dos materiais escolares, a baixa utilização das tecnologias assistivas, além de problemas com os intérpretes de LIBRA e BRAILE estão presentes nas Instituições de Ensino Superior (CASTRO, 2011). Sendo então necessário o desenvolvimento de programas que visem a atenuar esses fatores que podem levar à exclusão do discente.

Baptista *et al*(2018) também propõem a ineficácia do chamado Direito à Educação que desconsidere as dimensões propostas por Sasaki (2006) além de militar a necessidade de políticas de avaliação qualitativa para o alcance de objetivos de inclusão nas 6 dimensões da acessibilidade.

O estudo de Cientelli e Leite (2016) que levou em consideração a criação de uma política governamental denominada “Viver sem Limites” que é voltada à estruturação organizacional de setores em Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) cujo objeto de trabalho é a inclusão de Pessoas com deficiência. Essa pesquisa concluiu que essa ação estatal específica só pode ser considerada efetiva caso todas as dimensões propostas por Sasaki(2005) sejam levadas em consideração na formulação de suas estratégias e avaliação de resultados.

Nesse sentido, a metodologia desse trabalho explicita quais os mecanismos foram utilizados para avaliar a percepção dos membros da comunidade escolar no sentido de compreender como cada uma das dimensões é percebida em sua efetivação pela Instituição *lócus* da presente investigação

3 –Metodologia

A nível epistemológico, este *case* possui viés quantitativo, com corte transversal, por meio de uma survey. Tal opção metodológica se mostrou a mais adequada tendo em vista a operacionalização do estudo, que demandava obter informações de um grande número de indivíduos (Hair Jr. et al, 2009).

A presente pesquisa tem o caráter descritivo-exploratório e se utilizou de duas fontes primárias: a observação direta intensiva e principalmente de um questionário enviado para os membros da comunidade escolar por meio da internet. O instrumento em comento continha questionamentos cujas respostas se apresentaram em Escala Likert, onde as respostas no extremo “Discordo Totalmente” apontavam para percepções negativas acerca da acessibilidade e o outro extremo “Concordo Totalmente”, apontava para as percepções mais positivas. Além desses níveis de concordância, o pesquisado poderia marcar uma opção caso ele não conhecesse o assunto o suficiente para valorá-lo (Não tenho conhecimento sobre esse assunto). Esse instrumento foi segmentado em 6 sessões de perguntas, sessões essas que continham questionamentos especificamente referentes a cada uma das dimensões propostas por Sasaki (2004).

Para a aplicação do questionário foi solicitado aos alunos, professores e técnicos administrativos de maneira presencial que estes acessassem um link que foi disponibilizado pelas redes sociais para o preenchimento dos dados sobre a percepção de acessibilidade.

Das 30 questões contidas no questionário, 06 eram sobre a acessibilidade arquitetônica, 5 sobre a comunicacional, 5 sobre a instrumental, 5 sobre a atitudinal, 5 sobre a programática e 4 sobre a metodológica.

Os resultados foram analisados a partir dos percentuais de respostas de cada uma dessas sessões e por fim foram analisados globalmente considerando os resultados percentuais de todas. Foram utilizadas ainda fontes secundárias: livros e artigos além de documentos legais. Aos resultados foram atribuídos os valores de “percepções favoráveis” ou “percepções desfavoráveis” a depender da existência de mais ou menos de 50% de respostas positivas ou negativas como um resultado da soma de respostas “Concordo Totalmente” e “Concordo Parcialmente” e da soma do “Discordo Totalmente” mais o “Discordo Parcialmente”, respectivamente. O *locus* da pesquisa foi uma Instituição de Ensino Técnico e Tecnológico localizada no Município de Taporanga - PB, onde as dimensões da acessibilidade foram alvo de uma observação assistemática em horários diferentes e nos diversos ambientes organizacionais e acadêmicos. Essa instituição conta com total de 196 alunos, 12 técnicos administrativos e 22 professores sendo esse o Universo da pesquisa. A pesquisa também se denota como não-probabilística em virtude de não se ter o controle sobre a parcela da população que responderia aos formulários, não sendo possível um cálculo sobre o erro amostral. Desse total anteriormente falado, apenas responderam ao questionário 54 alunos, 9 docentes e 10 técnicos administrativos, tendo sido essa uma das limitações da pesquisa que teria sido mais representativa com a participação de mais membros dessa comunidade.

Os resultados estatísticos foram analisados separadamente em cada uma das dimensões da acessibilidade (metodológica, atitudinal, programática, comunicacional, arquitetônica e instrumental) já descritas nos trabalhos, e em conjunto com as constatações feitas a partir da observação assistemática. Foi feita primeiramente uma análise separada de cada um dos resultados referentes a essas dimensões (considerando ainda as variantes de classe da comunidade escolar a que pertence o respondente) para que posteriormente fosse feita uma análise conclusiva acerca de todas as dimensões

e, por conseguinte de todos os tipos de atores envolvidos (alunos, docentes e técnicos administrativos).

4 – Resultados

A presente seção inicia-se com a análise em separado das 6 dimensões da acessibilidade, e dentro de cada uma das sessões desses resultados serão vistas as percepções em específicas dos 3 atores sociais envolvidos na pesquisa, sempre correlacionando um uma visão com a dos demais. Foram utilizadas tabelas que segmentam as respostas dos discentes, professores e técnicos respectivamente. Essas respostas. Por fim, será feita uma análise em conjunto com todas as esferas da acessibilidade e com todos os atores.

4.1 – Análise da acessibilidade programática

Para a análise dessa dimensão foram feitos 5 questionamentos que serviram a diagnosticar a existência de normas em prol da inclusão ou de dispositivos jurídicos com efeito excludente no âmbito organizacional da Instituição. As respostas se deram conforme a tabela abaixo:

Tabela 1 – Percepção da acessibilidade programática

Discentes	CT ¹	CP ²	NT ³	DP ⁴	DT ⁵	NTC ⁶	TOTAL
1.1	23(42,59%)	13(24,07%)	10(18,51%)	0(0%)	1(1,85%)	7(12,96%)	54 (100%)
1.2	12(22,22%)	2(3,70%)	24(44,44%)	0(0%)	9(16,66%)	7(12,96%)	54 (100%)
1.3	19(35,18%)	12(22,22%)	14(25,92%)	2(3,70%)	1(1,85%)	6(11,11%)	54 (100%)
1.3	20(37,03%)	8(14,81%)	17(31,48%)	0(0%)	2(3,70%)	7(12,96%)	54 (100%)
1.5	11(20,37%)	7(12,96%)	20(37,03%)	6(11,11%)	2(3,70%)	8(14,81%)	54 (100%)
Docentes	CT	CP	NT	DP	DT	NTC	TOTAL
1.1	6(66,66%)	2(22,22%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	1(11,11%)	9(100%)
1.2	5(55,55%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	3(33,33%)	1(11,11%)	9(100%)
1.3	5(55,55%)	1(11,11%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	3(33,33%)	9(100%)
1.3	7(77,77%)	1(11,11%)	0(0%)	0(0%)	1(11,11%)	0(0%)	9(100%)
1.5	7(77,77%)	1(11,11%)	0(0%)	1(11,11%)	0(0%)	0(0%)	9(100%)
T.A.	CT	CP	NT	DP	DT	NTC	TOTAL
1.1	5(50%)	2(20%)	1(10%)	1(10%)	0(0%)	1(10%)	10 (100%)
1.2	3(30%)	1(10%)	2(20%)	0(0%)	2(20%)	2(20%)	10 (100%)
1.3	1(10%)	1(10%)	1(10%)	1(10%)	0(0%)	6(60%)	10 (100%)
1.4	6(60%)	2(20%)	1(10%)	0(0%)	1(10%)	0(0%)	10 (100%)
1.5	2(20%)	5(50%)	3(30%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	10 (100%)

Legenda: 1 - Concordo totalmente; 2 – Concordo Parcialmente; 3 – Neutro; 4 – Discordo Totalmente; 5 – Não tenho conhecimento sobre esse assunto. Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Conforme se percebe, na dimensão programática, quando os alunos foram provocados por questões como: existem normas que criam barreiras à inclusão?

Existem normas que não desrespeitam a inclusão? As respostas deles se deram majoritariamente com percepções positivas à neutras, sendo importante destacar que de 11,11% a 14,81% dos alunos não soube muito bem se posicionar nessa dimensão em algumas questões que lhes foram feitas.

Já os docentes, apresentaram percepções bem mais positivas acerca da dimensão programática, em algumas perguntas até 88,88% dos professores percebem como favoráveis os aspectos normativos internos da instituição à Inclusão de Pessoas com deficiência.

Entre os técnicos administrativos, 03 dos questionamentos foram percebidos como bastante favoráveis, já em outros dois houve mais neutralidade ou mesmo a pouca informação acerca da realidade da Instituição os impediu de responder dentro do espectro que ia do “Concordo Totalmente” ao “Discordo Totalmente”.

Da observação direta, se depreendeu que existem normas que inclusive estão bem inseridas e as quais é dada boa publicidade pelo órgão da instituição denominado Núcleo de Apoio à Pessoa com Necessidades Especiais e Específicas (NAPNE) criado para cuidar de questões de inclusão. Ainda pela observação direta, conclui-se que professores e técnicos administrativos parecem estar mais familiarizados com esse setor e com as normas que ele produz e ajuda a produzir quando em comparação com os alunos. Isso pode ocorrer em virtude de a que a instituição ainda possui um número muito reduzido de alunos com deficiência (apenas 02 alunos), o que talvez por ora não mantenha os discentes em muito contato com a coordenação do referido órgão voltado à inclusão. Segundo Sasaki (2009), a acessibilidade programática se dá principalmente pela ausência de normas excludentes, e o que se percebe na instituição pesquisada é que os discentes veem essa dimensão de modos diversos que praticamente impede de se fazer um juízo de valor de favorável ou desfavorável, sendo mais prudente avaliar essa dimensão como outro método de pesquisa, talvez por um instrumento como a entrevista ou observação direta participante.

4.2 – Análise da percepção de acessibilidade atitudinal

Nessa dimensão foram analisadas questões como a existência de estigmas e a disponibilidade da Instituição e da comunidade para a diminuição desses preconceitos além da pró-atividade desse mesmo grupo em se solidarizar com as pessoas com deficiência. As respostas se deram conforme a tabela abaixo.

Tabela 2 - Percepção da acessibilidade atitudinal.

Discentes	CT	CP	NT	DP	DT	NTC	TOTAL
2.1	17(31,48%)	11(20,37%)	14(25,92%)	3(5,55%)	0(0%)	9(16,66%)	54 (100%)
2.2	20(37,03%)	12(22,22%)	13(24,07%)	6(11,11%)	0(0%)	3(5,55%)	54 (100%)
2.3	26(48,14%)	10(18,51%)	11(20,37%)	2(3,70%)	0(0%)	5(9,25%)	54 (100%)
3.3	24(44,44%)	8(14,81%)	15(27,77%)	2(3,70%)	1(1,85%)	4(7,40%)	54 (100%)
4.5	10(18,51%)	10(18,51%)	20(37,03%)	1(1,85%)	0(0%)	13(24,07%)	54 (100%)
Docentes	CT	CP	NT	DP	DT	NTC	TOTAL
1.1	0(0%)	2(22,22%)	0(0%)	0(0%)	7(77,77%)	0(0%)	9(100%)
2.2	7(77,77%)	1(11,11%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	1(11,11%)	9(100%)
3.3	7(77,77%)	1(11,11%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	1(11,11%)	9(100%)
4.3	7(77,77%)	2(22,22%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	9(100%)
5.5	6(6,66%)	2(22,22%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	1(11,11%)	9(100%)
T. A.	CT	CP	NT	DP	DT	NTC	TOTAL
1.1	4(40%)	4(40%)	0(0%)	0(0%)	1(10%)	1(10%)	10 (100%)
2.2	3(30%)	4(40%)	1(10%)	0(0%)	0(0%)	2(20%)	10 (100%)
3.3	6(60%)	4(40%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	10 (100%)
4.4	5(50%)	2(20%)	1(10%)	0(0%)	0(0%)	2(20%)	10 (100%)
5.5	1(10%)	3(30%)	3(30%)	1(10%)	0(0%)	2(20%)	10 (100%)

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Sobre a percepção dos alunos na esfera da acessibilidade atitudinal, os alunos se demonstraram em média percepções positivas, porém com a ponderação de que de 20,77 a 37,03% dos alunos propuseram visões de neutralidade acerca dessa dimensão, o que leva à interpretação de que ainda há espaço para ações institucionais para o fomento dessa

Já os docentes, em 4 dos 5 questionamentos demonstraram que percebem a inclusão atitudinal como sendo uma regra, destacando-se apenas a resposta ao questionamento sobre a existência de atividades institucionais acerca da inclusão em que de fato perceberam a atuação da instituição de modo totalmente negativo.

Nessa dimensão, a percepção que se mostrou mais positiva foi a dos técnicos administrativos, pois de 70 a 90% desses esses entenderam em 4 dos questionamentos como positiva a atuação da Instituição Técnica, sendo que apenas na resposta acerca da existência de capacitações específicas para melhorar nessa dimensão foi a que apresentou resultados de Neutros ou que indicaram desconhecimento.

Como essa é uma dimensão que pode ser alterada por meio de políticas simbólicas, conforme propuseram Siqueira e Santana (2010) com as ações visando a promoção de atitudes sociais mais acolhedoras, seriam importantes investimentos nessa seara. Essas políticas (capacitação, sensibilização etc) devem ser principalmente direcionadas para professores e técnicos administrativos que possuem uma certa importância para a mudança da cultura organizacional.

4.3 – Análise da percepção da acessibilidade instrumental.

Nessa dimensão foram analisadas percepções de existência de materiais de apoio diversos, bem como da disponibilização destes aos alunos que porventura necessitarem.

Tabela 3 – Percepção da acessibilidade instrumental.

Discentes	CT	CP	NT	DP	DT	NTC	TOTAL
3.1	14(25,92%)	10(18,51%)	14(25,92%)	4(7,40%)	8(14,81%)	4(7,40%)	54 (100%)
3.2	8(14,81%)	10(18,51%)	12(22,22%)	2(3,70%)	12(22,22%)	10(18,51%)	54 (100%)
3.3	2(3,70%)	1(1,85%)	14(25,92%)	4(7,40%)	12(22,22%)	21(38,88%)	54 (100%)
3.4	7(12,96%)	5(9,25%)	12(22,22%)	3(5,55%)	14(25,92%)	13(18,51%)	54 (100%)
3.5	4(7,40%)	8(14,81%)	20(37,03%)	3(5,55%)	9(16,66%)	10(18,51%)	54 (100%)
Docentes	CT	CP	NT	DP	DT	NTC	TOTAL
3.1	0(0%)	3(33,33%)	3(33,33%)	0(0%)	0(0%)	3(33,33%)	9(100%)
3.2	1(11,11%)	0(0%)	2(22,22%)	1(11,11%)	0(0%)	5(55,55%)	9(100%)
3.3	0(0%)	0(0%)	4(44,44%)	0(0%)	2(22,22%)	3(33,33%)	9(100%)
3.4	1(11,11%)	2(22,22%)	2(22,22%)	1(11,11%)	2(22,22%)	1(11,11%)	9(100%)
3.5	1(11,11%)	2(22,22%)	2(22,22%)	1(11,11%)	2(22,22%)	1(11,11%)	9(100%)
T. A.	CT	CP	NT	DP	DT	NTC	TOTAL
3.1	6(60%)	1(10%)	1(10%)	0(0%)	1(10%)	1(10%)	10 (100%)
3.2	1(10%)	1(10%)	4(40%)	0(0%)	0(0%)	4(40%)	10 (100%)
3.3	0(0%)	1(10%)	5(50%)	0(0%)	2(20%)	2(20%)	10 (100%)
3.4	2(20%)	1(10%)	1(10%)	2(20%)	1(10%)	3(30%)	10 (100%)
3.5	1(10%)	1(10%)	5(50%)	1(10%)	1(10%)	1(10%)	10 (100%)

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Primeiramente é possível afirmar que essa foi a dimensão que mais houve percepções neutras ou em que os participantes não souberam opinar, destacando-se nessas posições neutras e de desconhecimento as percepções de professores e os alunos.

Os discentes nessa seara demonstraram uma visão pouco favorável à Instituição, pois em apenas duas das questões foram obtidas respostas com o valor “Concordo” (parcialmente ou totalmente) em percentuais acima de 50%, nas demais as percepções predominantes foram negativas ou neutras.

Os docentes compartilharam inclusive uma percepção mais negativa ainda que os alunos nessa seara, pois em 4 dos questionamentos as respostas tiveram o valor “discordo” (totalmente ou parcialmente) em percentuais acima de 55%.

Por fim, uma das principais características dessa dimensão a respeito dos técnicos administrativos foi a neutralidade, pois em 3 das respostas houve em média 50%. Talvez esses resultados tenham refletido o fato de ainda não existir grande demanda de muitos alunos com diversas deficiências, tendo a instituição apenas dois alunos, um com síndrome de Tourette e outro surdo. Esse baixo número talvez não

fazcom que a organização escolar em comento tenha necessitado de obter e disponibilizar muitos materiais pró-acessibilidade.

Importante destacar que essa dimensão também foi alvo de pouca observação de problemas na pesquisa de Cientelli e Leite (2016) que teve uma abrangência nacional acerca da atuação dos Núcleos de Acessibilidades nas Universidades Federais, levam a crer que por algum motivo essa dimensão é pouco levada em consideração tanto pela administração quanto pelos discentes não só na Instituição pesquisada, mas, por algum motivo, também em outras que dispõem de uma estrutura organizacional semelhante.

4.4 – Análiseda percepção de acessibilidade comunicacional

Nessa dimensão foram avaliadas questões como a existência de intérpretes de Libras, de folders, cartazes adaptados e outras tecnologias que facilitassem a comunicação de alunos com deficiência auditiva ou visual. A Tabela 4 demonstra o quantitativo dos resultados.

Tabela 4 – Percepção da acessibilidade comunicacional

Discentes	CT	CP	NT	DP	DT	NTC	TOTAL
2.1	13(24,07%)	21(38,88%)	8(14,81%)	5(9,25%)	3(5,55%)	4(7,40%)	54 (100%)
2.2	7(12,96%)	10(18,51%)	12(22,22%)	5(9,25%)	9(16,66%)	11(20,37%)	54 (100%)
2.3	6(11,11%)	2(3,70%)	14(25,92%)	8(14,81%)	17(31,48%)	7(12,96%)	54 (100%)
2.4	13(24,70%)	7(12,96%)	14(25,92%)	3(5,55%)	8(14,81%)	9(16,66%)	54 (100%)
2.5	36(66,66%)	6(11,11%)	9(16,66%)	0(0%)	1(1,85%)	2(3,70%)	54 (100%)
Docentes	CT	CP	NT	DP	DT	NTC	TOTAL
2.1	5(55,55%)	3(33,33%)	0(0%)	1(11,11%)	0(0%)	0(0%)	9(100%)
2.2	0(0%)	3(33,33%)	4(44,44%)	1(11,11%)	1(11,11%)	0(0%)	9(100%)
2.3	0(0%)	1(11,11%)	5(55,55%)	1(11,11%)	2(22,22%)	0(0%)	9(100%)
2.4	0(0%)	1(11,11%)	5(55,55%)	1(11,11%)	0(0%)	2(22,22%)	9(100%)
2.5	7(77,77%)	1(11,11%)	1(11,11%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	9(100%)
T.A.	CT	CP	NT	DP	DT	NTC	TOTAL
2.1	6(60%)	2(20%)	0(0%)	2(20%)	0(0%)	0(0%)	10 (100%)
2.2	1(10%)	1(10%)	3(30%)	1(10%)	3(30%)	1(10%)	10 (100%)
2.3	0(0%)	1(10%)	3(30%)	0(0%)	5(50%)	1(10%)	10 (100%)
2.4	0(0%)	2(20%)	3(30%)	1(10%)	2(20%)	2(20%)	10 (100%)
2.5	8(80%)	1(10%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	1(10%)	10 (100%)

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Essa dimensão foi, dentre todas, a que apresentou percepções mais difusas, houve um certo equilíbrio entre as percepções de valor negativas, neutras e positivas, mas com uma pequena tendência para as visões neutras.

Dentre as percepções discentes, destacam-se as percepções negativas em 3 questionamentos que superaram os 30%. E em apenas em um dos questionamentos,

houve certo consenso positivo, que é o que diz respeito a disponibilização de profissionais que realizam a intermediação de alunos com deficiência auditiva a partir do uso da Libras.

Em relação aos docentes, além de terem sido da categoria com maior percentual de questões neutras, os docentes também mostraram que veem com bons olhos a regular disponibilização de capacitações em libras por mais de 88,88% destes.

Os técnicos administrativos foram os que, nessa dimensão, se mostraram com percepções mais negativas, somente repetindo a percepção positiva no questionamento já mencionado relativo à presença de profissionais de Libras.

Essa dimensão precisa ser trabalhada de uma forma mais global pela instituição, pois segundo Castro (2011) não somente a disponibilização de intérpretes de libras é fator suficiente para a conquista da acessibilidade comunicacional, sendo necessário o investimento em mídias acessíveis, nas ferramentas de Braille dentre outras tecnologias e estratégias comunicacionais.

4.5 – Análise da acessibilidade arquitetônica

A análise da percepção de acessibilidade arquitetônica pressupõe o conhecimento dos principais espaços físicos de uma organização, rampas, escadas, locais reservados, facilidade de entrar e sair de ambientes dentre outros fatores. Para essa dimensão foram feitos 6 questionamentos, que foram respondidos conforme a disposição abaixo assinalada.

Tabela 5 – Percepção da acessibilidade arquitetônica

Discentes	CT	CP	NT	DP	DT	NTC	TOTAL
1.1	0(0%)	12(22,22%)	14(25,92%)	13(24,07%)	9(16,66%)	6(11,11%)	54 (100%)
1.2	11(20,37%)	5(9,25%)	20(37,03%)	5(9,25%)	10(18,51%)	3(5,55%)	54 (100%)
1.3	3(5,55%)	5(9,25%)	18(33,33%)	8(14,81%)	10(18,51%)	10(18,51%)	54 (100%)
1.4	14(25,92%)	11(20,37%)	11(20,37%)	9(16,66%)	6(11,11%)	3(5,55%)	54 (100%)
1.5	7(12,96%)	7(12,96%)	15(27,77%)	6(11,11%)	14(25,92%)	5(9,25%)	54 (100%)
1.6	16(29,62%)	12(22,22%)	12(22,22%)	5(9,25%)	6(11,11%)	3(5,55%)	54 (100%)
Docentes	CT	CP	NT	DP	DT	NTC	TOTAL
1.1	0(0%)	6(66,66%)	2(22,22%)	1(11,11%)	0(0%)	0(0%)	9(100%)
1.2	1(11,11%)	5(55,55%)	1(11,11%)	2(22,22%)	0(0%)	0(0%)	9(100%)
1.3	0(0%)	0(0%)	5(55,55%)	1(11,11%)	1(11,11%)	2(22,22%)	9(100%)
1.4	4(44,44%)	2(22,22%)	0(0%)	2(22,22%)	1(11,11%)	0(0%)	9(100%)
1.5	1(11,11%)	4(44,44%)	0(0%)	3(33,33%)	1(11,11%)	0(0%)	9(100%)
1.6	1(11,11%)	4(44,44%)	1(11,11%)	2(22,22%)	1(11,11%)	0(0%)	9(100%)
T.A.	CT	CP	NT	DP	DT	NTC	TOTAL
1.1	0(0%)	6(60%)	1(10%)	1(10%)	1(10%)	1(10%)	10 (100%)
1.2	0(0%)	5(50%)	0(0%)	3(30%)	2(20%)	0(0%)	10 (100%)

1.3	0(0%)	1(10%)	8(80%)	0(0%)	1(10%)	0(0%)	10 (100%)
1.4	2(20%)	5(50%)	0(0%)	2(20%)	1(10%)	0(0%)	10 (100%)
1.5	0(0%)	5(50%)	1(10%)	2(20%)	2(20%)	0(0%)	10 (100%)
1.6	0(0%)	4(40%)	4(40%)	1(10%)	1(10%)	0(0%)	10 (100%)

Fonte: Pesquisa direta, 2018.

Nessa percepção, os professores e técnicos foram os que se mostraram com percepções mais positivas, em uma oposição as visões dos alunos que em geral se mostraram ou neutros ou com percepções negativas.

O aspecto mais marcante acerca da percepção discente foi o fato de não haver questões com respostas muito enviesadas para um valor só, havendo certo equilíbrio com respostas que variaram de 11 a 37%, sendo importante ainda mencionar que a categoria com valor “Neutro” foi a que mais obteve respostas dentre as todas as possíveis.

Já na categoria docente, há um destaque especial para as percepções positivas, sendo que apenas em um questionamento houve menos de 55% das opiniões positivas acerca da acessibilidade arquitetônica, essa foi relativa ao acesso à biblioteca, opinião essa que, frise-se, foi repetida por discentes e técnicos administrativos.

As visões dos técnicos administrativos, por sua vez, foram percentualmente similares às opiniões dos docentes nessa dimensão, inclusive quando da neutralidade e do não conhecimento sobre o assunto.

Pela observação direta, pode-se perceber que existem alguns obstáculos como a ausência de rampas de acesso a alguns ambientes (pátio, refeitório etc) apesar de sua existência no portão central de acesso, e ausência declives nos pisos, cuja existência poderia dificultar a locomoção de cadeirantes, a inexistência desinializadores táteis no chão para a locomoção de cegos e de banheiros com acessibilidade para deficiente. Sendo a iluminação um dos aspectos mais positivos quando se fala em acessibilidade arquitetônica observados na Instituição.

Essas características tanto positivas quanto negativas observadas podem explicar a não concentração das respostas majoritariamente em um ou outro espectro de respostas.

4.6 – Análise da acessibilidade metodológica

Nessa dimensão são postos à julgamento valores como didática, métodos de trabalho, de ensino-aprendizagem dentre outros. Essencialmente a acessibilidade

metodológica se importa com a pergunta: O método com o qual se faz algo, é inclusivo?

A Tabela 6 abaixo mostra os resultados para essa dimensão.

Tabela 6 – Percepção sobre acessibilidade metodológica

Discentes	CT	CP	NT	DP	DT	NTC	TOTAL
6.1	14(25,92%)	10(18,51%)	18 (33,33%)	5 (9,25%)	0 (0%)	7 (12,96%)	54 (100%)
6.2	12(22,22%)	7(12,96%)	19(35,18%)	2(3,70%)	0 (0%)	14(25,92%)	54 (100%)
6.3	10(18,51%)	7(12,96%)	22(40,74%)	2(3,70%)	0 (0%)	13(24,07%)	54 (100%)
6.4	19(35,18%)	12(22,22%)	17(31,48%)	0(0%)	0 (0%)	6(11,11%)	54 (100%)
Docentes	CT	CP	NT	DP	DT	NTC	TOTAL
6.1	3(33,33%)	5(55,55%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	1(11,11%)	9(100%)
6.2	4(44,44%)	3(33,33%)	0(0%)	2(22,22%)	0(0%)	0(0%)	9(100%)
6.3	3(33,33%)	2(22,22%)	1(11,11%)	1(11,11%)	0(0%)	2(22,22%)	9(100%)
6.4	7(77,77%)	2(22,22%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	9(100%)
T. A.	CT	CP	NT	DP	DT	NTC	TOTAL
6.1	2(20%)	3(30%)	1(10%)	1(10%)	0(0%)	3(30%)	10 (100%)
6.2	2(20%)	3(30%)	1(10%)	1(10%)	0(0%)	3(30%)	10 (100%)
6.3	2(20%)	2(20%)	1(10%)	3(30%)	0(0%)	2(20%)	10 (100%)
6.4	4(40%)	4(40%)	0(0%)	0(0%)	0(0%)	2(20%)	10 (100%)

Fonte: Elaboração própria, 2018.

Essa foi adimensão que trouxe mais percepções similares entre técnicos administrativos e discentes, que se mostraram mais neutros ou desconhecedores da realidade metodológica que os cerca, sendo a visão dos docentes o ponto fora da curva.

Para esses últimos, a metodologia aplicada tanto em sala de aula, como nos ambientes organizacionais está de acordo com os ditames da inclusão.

Para os discentes, por sua vez, a dimensão metodológica provocou uma percepção difusa, se equilibrando bastante desde os valores “Concordo Totalmente, passando pelo Discordo Totalmente e chegando inclusive a pontuar de forma similar no ”Não tenho conhecimento sobre esse assunto”, se destacando um pouco dentre as demais a categoria das percepções neutras.

Para os técnicos administrativos, as percepções positivas marcaram em geral valores que vão de 40 a 80%, sendo esse destaque entre as demais percepções (negativa, neutra e dos que se disseram incapazes de conhecer o assunto).

Por fim, algo que uniu bastante na percepção dessa dimensão foi o fato de nenhum dos respondentes ter discordado totalmente das assertivas a eles colocadas. O que leva a entender que essa é a dimensão com menos percepções negativas dentre todas as outras, já que ela também não traz em seu bojo um conjunto expressivo de questões neutras. Segundo, Baptista et al (2018) caso a escola não tenha como objetivo avaliar se há professor capacitado para trabalhar com pessoas com deficiência, bem como se a escola adota uma política de capacitação constante nesses termos ou não tenha a escola adaptado seus métodos e técnicas com a finalidade de incluir todos, não

há que se falar em acessibilidade metodológica. Apesar de não se ter podido avaliar a existência dessas políticas por observação direta, foi possível constatar que os próprios professores participam com certa frequência de capacitações nesse sentido por conta própria, sendo talvez necessário uma melhor observação dessa questão por parte da Instituição para que as percepções se tornem mais positivas ainda.

5 – Conclusões

A inclusão é a antítese da exclusão, essa por sua vez pode ser considerada um dos importantes problemas pelos quais passam a sociedade brasileira. Dentre as várias exclusões existentes, destaca-se a que vitima as pessoas com deficiência. Quando se apercebe o que ocorre com as pessoas com deficiência de perto é que se nota o quanto a exclusão pode ser prejudicial principalmente em detrimento da garantia dos direitos mais básicos, como a uma educação de qualidade. E uma excelente maneira de se perceber a inclusão na educação é avaliá-la a partir das dimensões propostas por Sasaki (2005).

A utilização dessas dimensões como elementos de percepção da entidade educacional assinalada como lócus desta pesquisa demonstrou um resultado que numericamente não pode ser considerado positivo ou negativo, pois não houve em todas as dimensões um consenso ou um equilíbrio numérico entre as percepções favoráveis e desfavoráveis à inclusão. Foi percebido também em muitas respostas um desconhecimento sobre questões que deveriam ser mais internalizadas por meio da publicização de problemas de inclusão. Fugindo desse padrão de respostas equidistantes principalmente as dimensões metodológicas e a dimensão e atitudinal (percebidas como positivas) respectivamente observadas diretamente como as menos dependentes da atuação institucional.

Provavelmente carece a instituição de políticas mais específicas de inclusão e principalmente mais direcionada ao conhecimento da comunidade acadêmica como um todo, em especial aos estudantes que foram os que se mostraram mais desconhecedores de toda a realidade que os cercam pelo número alto de respostas, dentre esses atores, indicando desconhecimento sobre o assunto de inclusão tratado nos questionamentos.

Por fim, estudos qualitativos poderiam evidenciar os motivos das diferenças percentuais encontradas entre as percepções de alunos, docentes e técnicos. Se essas diferenças se dão por motivos de fluxo de informações, de corporativismo ou se elas se dão por outros motivos que não foram alvo de hipóteses por parte desses pesquisadores,

para que assim a gestão possa atuar no sentido de diminuir as diferenças de percepções e tentar modificá-las para o espectro da positividade.

Referências

ALVINO-BORBA, Andreilcy; LIMA, H. M. F. Exclusão e inclusão social nas sociedades modernas: um olhar sobre a situação em Portugal e na União Europeia. *Serviço Social & Sociedade*, v. 106, p. 219-240, 2011.

BAPTISTA, VINÍCIUS FERREIRA, Márcia Valéria Guimarães Cardoso, and URÁ LOBATO MARTINS. "A inclusão das pessoas com deficiência no sistema educacional como instrumento viabilizador da igualdade: exposição e análise crítica dos respectivos indicadores The inclusion of people with disabilities in the educational system as a viabilizing instrument of equality: critical exposure and analysis of their respective indicators." *Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)*-ISSN 2177-4153 16.1 (2018): 5-19.

BRASIL. Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999. *Regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm Acesso em 20/03/2016

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. *Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm Acesso em 20/12/2016

BRASIL. Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. *Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm. Acesso em 12 de fevereiro de 2017

BRASIL, Lei 13.146, 16 de julho de 2015. *Compromisso com a Educação inclusiva e emancipatória, em especial de pessoas com necessidades educacionais e deficiências específicas*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acesso em 20/10/2015.

BRASIL. Advocacia Geral da União. *Súmula nº 45, 14 de setembro de 2009*. Os benefícios inerentes à Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência devem ser estendidos ao portador de visão monocular, que possui direito de concorrer, em concurso público, à vaga reservada aos deficientes. <Disponível em <http://www.agu.gov.br/page/atos/detalhe/idato/201623>> Acesso em 15 de junho de 2016.

BRUMER, Anita *et al.* A elaboração de projeto em Ciências Sociais. In: PINTO, Celi Regina Jardim (org.). *Ciências humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

D'ANTINO, Maria Eloísa Famá; MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. Inclusão social de pessoas com deficiências e necessidades especiais: cultura, educação e lazer. *Saúde e Sociedade*, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 377-389, 2011.

CASTRO, S. F. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. 2011. 278p. Tese (Doutorado). *Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da Universidade Federal de São Carlos*. São Carlos, São Paulo, 2011.

CASTRO, S. F.; ALMEIDA, M. A. Ingresso e permanência de alunos com deficiência em universidades públicas brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 20, p. 179-194, 2014.

CENSO DEMOGRÁFICO 2010. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religio_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em: set. 2018.

CIANTELLI, A. P. C.; LEITE, L. P. Ações Exercidas pelos Núcleos de Acessibilidade nas Universidades Federais Brasileiras. *Revista Brasileira de Educação Especial*. Vol.22 no.3 Marília July/Sept. 2016.

HAIR JR., J.F.; WILLIAM, B.; BABIN, B.; ANDERSON, R.E. Análise multivariada de dados. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

GALER, Dustin. Disabled Capitalists: Exploring the Intersections of Disability and Identity Formation in the World of Work. *DisabilityStudiesQuarterly*, v 32, nº 3, 2012.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2008.
HANASHIRO, Darcy Mitiko Mori; GODOY, Arilda Schmidt. Um preâmbulo à gestão da diversidade: da teoria à prática. *Anais do Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração*, 2004.

HAIR JR., J.F.; WILLIAM, B.; BABIN, B.; ANDERSON, R.E. Análise multivariada de dados. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. *Esclarecendo as deficiências - aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva*. 1. ed. São Paulo: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora, 2008. v. 1. 192

LAKATOS, Eva Maria. *Fundamentos da Metodologia científica*. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MACIEL, M. R. C. *Portadores de deficiência: a questão da inclusão social*. São Paulo Perspec. abr./jun. 2000, vol.14, no.2, p.51-56. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000200008> Acesso em 21 de fevereiro de 2016.

[NUNES, Sula Cristina Teixeira](#). *O Programa TEC NEP: a educação profissional na perspectiva inclusiva*. 127f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Educação Especial). UFRGS, Porto Alegre: 2012.

OLIVEIRA, A. A. R.; LEITE FILHO, Carlos Alberto Pereira ; RODRIGUES, Cláudia Medianeira Cruz . O Processo de Construção dos Grupos Focais na Pesquisa Qualitativa e suas Exigências Metodológicas. In: *EnANPAD*, 2007, Rio de Janeiro-RJ. Anais do XXXI Encontro da ANPAD, 2007

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão*. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SASSAKI, Romeu Kazumi. *Inclusão*: acessibilidade no lazer, trabalho e educação. Revista Nacional de Reabilitação, São Paulo, p. 10-16, Ano XII, mar./abr. 2009.

SAWAIA, BaderBurihan. *As Artimanhas da Exclusão*: análise psicossocial e ética da desigualdade social. 13°. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. 157p

SILVA, Andressa Henning; FOSSA, M. I. T. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. *Qualit@s* (UEPB), v. 17, p. 1-14, 2015

SIMONELLI, Angela Paula; Camarotto, João Alberto. Análise de atividades para a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: uma proposta de modelo. *Gestão & Produção* (UFSCAR. Impresso), v. 18, p. 13-26, 2011.

SIQUEIRA, I. M.; SANTANA, C. S. Propostas de Acessibilidade para a Inclusão de Pessoas Com Deficiências no Ensino Superior. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 16, p. 127-136, 2010.